

Autor:

Joana Maria Balsa Carvalho de Pinho

Título:

Da teoria à prática – formação e intervenção em monumentos

Resumo:

Partindo de um caso concreto, pretende dar-se um contributo para a reflexão sobre a necessidade e urgência da formação para quem intervém no património cultural.

O presente texto explana-se em dois pontos distintos:

1. O monumento e o modo como a sua história e características podem condicionar o espaço e a relação com o público.

O Forte de São Bruno em Caxias, concelho de Oeiras, foi construído em meados do séc. XVII, juntamente com outros pequenos fortes costeiros, de modo a complementar o sistema de defesa da barra do Tejo, que era coordenada por grandes fortalezas como S. Julião e Cascais. Este forte é um espaço de arquitectura militar simples e funcional que ao nível arquitectónico sofreu poucos acrescentos de épocas posteriores.

No entanto, este monumento sofre os constrangimentos provocados pelo seu último século de história: a instalação, no seu espaço, de diferentes entidades, numa completa alteração da sua funcionalidade original e um longo período de abandono, definindo rotinas de vandalismo e destruição, que ainda hoje permanecem afectando o próprio espaço e a memória dos públicos.

2. Como uma intervenção pode ter consequências directas no espaço e no entendimento da história do monumento.

Nos anos finais do séc. XX, a autarquia (possuidora do monumento), na pessoa dos seus técnicos, prepara e implementa um programa de recuperação e valorização do Forte de São Bruno. Este projecto evidencia fragilidades ao nível da concepção e dos critérios utilizados - intervenção com uma proximidade cronológica ao nível da execução mas anacrónica ao nível do conteúdo, buscando uma reintegração estilística do monumento na sua concepção primitiva.

Esta intervenção teve, entre muitas outras consequências, o tornar inexplicável e obscura uma parte da história e evolução do monumento, contribuindo para a sua descaracterização e perda de autenticidade.

Para tornar mais complexa a situação, o projecto incluía um plano de ocupação, manutenção e dinamização do Forte, plano de lenta implementação que previa a cedência do espaço a uma entidade (ONG) que se mostrou frágil ao nível dos recursos humanos e financeiros, e exitante ao nível do planeamento e concretização de actividades sistemáticas de estudo e dinamização do espaço.

No entanto, nem a intervenção, nem a dinamização cultural sistemática resolveram as rotinas de vandalismos existentes no Forte de São Bruno, colocando ao público, muito pouco fidelizado, um grande dilema: ou o deslumbramento da paisagem e a possibilidade de alguma oferta cultural, ou a memória do abandono e degradação, actualmente coadjuvado pela utilização deste espaço por determinados “grupos” .

Perante tal dilema, o público não conseguem cumprir, nem os seus direitos relativamente ao património – a fruição, nem os seus deveres – preservação, defesa, conservação e valorização (será despropositado falar de formação dos públicos?).

Perante tais paradoxos e preplexidades: como passar da teoria à prática na intervenção nos monumentos.

O âmbito teórico tem sido enriquecido quer com a necessária regulamentação (da Carta de Veneza, 1964, à Carta de Cracóvia, 2000), quer com outros estudos, que focam a necessidade de respeito pela história dos monumentos, pelos vestígios das várias épocas artísticas, pela autenticidade e a necessidade de prever a manutenção e gestão do espaço após a intervenção.

No entanto, a prática da intervenção em alguns monumentos continua a passar longes destes princípios. Pensar a formação dos técnicos (e públicos) poderá dar um contributo importante para a questão.